



Pobreza no Brasil: A grande concentração nos estados Norte e Nordeste

Jacqueline Satilho Carvalho^{1*}, Agnys Ferreira Casagrande², Estefany da Silva Miranda³, Letícia Kuzma Santos⁴, João Vitor Santana Nunes⁵, Rafaela Teixeira Brulinger⁶, Teófilo Lourenço de Lima⁷

^{1*} Acadêmica do 2º período do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: jacquelinesatilho@hotmail.com

² Acadêmica do 4º período do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: agnyscasagrande1@gmail.com

³ Acadêmica do 2º período do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Urupá, RO, Brasil. E-mail: estefanydasilva090@gmail.com

⁴ Acadêmica do 2º período do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Urupá, RO, Brasil. E-mail: leticiakuzma87@gmail.com

⁵ Acadêmico do 2º período do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: joaovitorsantanannunes293@gmail.com

⁶ Acadêmica do 4º período do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: rafaelateixeirabru@gmail.com

⁷ Docente do Curso de Direito, Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná - JPR, Ji-Paraná, RO, Brasil. E-mail: teofilo.lima@saolucasjiparana.edu.br

Professor orientador, pós-graduado em Administração e Planejamento para Docentes pela Ulbra, 1996; pós-graduado em Inovação, Gestão e Práticas Docentes no Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho, 2021; Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia, 1996; pós-graduando em Psicologia Jurídica e Forense pela Faculdade Unyleya; Bel. Em Direito pelo Centro Universitário São Lucas. E-mail: teofilolourenodelima@gmail.com.

1. Introdução

A pobreza no Brasil, definida pela ONU e pelo Banco de Trabalho, continua a ser um problema crítico, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde índices persistem (IBGE,2023). Embora a taxa de pobreza tenha caído para 27,5% em 2023, a população em situação de rua cresceu para 227.087 indivíduos, destacando a complexidade desse fenômeno (IPEA,2023). Estudos indicam que fatores como exclusão econômica e racismo estrutural contribuem significativamente para essa situação DIAS, LAURA, (Apud CAMPOS, 2023)

Este estudo visa apresentar a relação entre a pobreza e desigualdade social no Brasil, examinando as falhas nas políticas públicas e propondo alternativas que possuem efetivamente enfrentar esses desafios. Os objetivos a serem alcançados neste resumo expandido serão: entender as definições de pobreza e extrema pobreza com foco nas regiões mais afetadas, avaliar o impacto das políticas públicas no Brasil e sugerir soluções e ações para continuar combatendo a pobreza.

Nesse estudo abordaremos também por quais motivos a região norte e nordeste tem um grande número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

O grupo foi motivado pelo Projeto de Extensão I – Despesa e Guarda-Roupa Solidário 1, que nos apresentou as dificuldades enfrentadas pela população em situação de pobreza. O objetivo deste resumo expandido é avaliar o nível e a evolução da pobreza durante os últimos anos no Brasil e como isso tem influência na população em situação de rua, usando os microdados da PNAD Continua Anual, recém disponibilizados pelo IBGE, através de sites do governo brasileiro e o FGV Social. A pesquisa foi realizada em português brasileiro.

2. Materiais e métodos

Este estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura integrativa, com o objetivo de identificar e analisar artigos científicos que abordem o a invisibilidade de pessoas em situação de rua e a população em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, enfocando as barreiras e dificuldades enfrentadas por essa população.

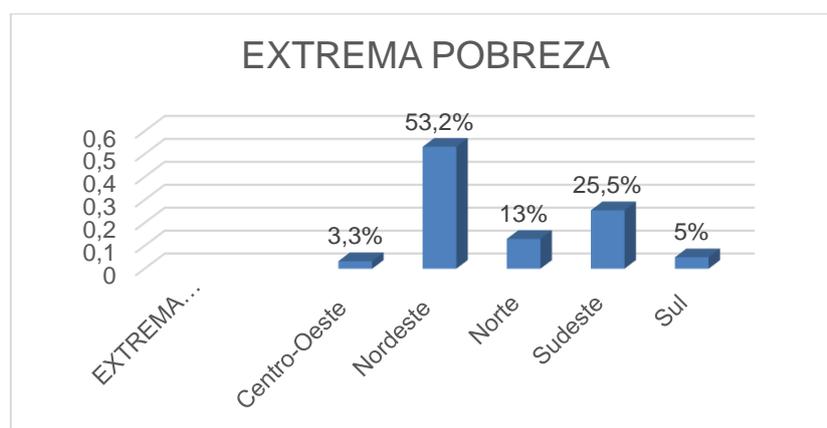
A busca por dados foi realizada em diversas fontes, abordando temas como moradores de rua, pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza no nosso país, invisibilidade dessa população e as políticas públicas destinadas a mitigar essas condições. A análise destaca como a pobreza extrema agrava a exclusão social e perpetua a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua.

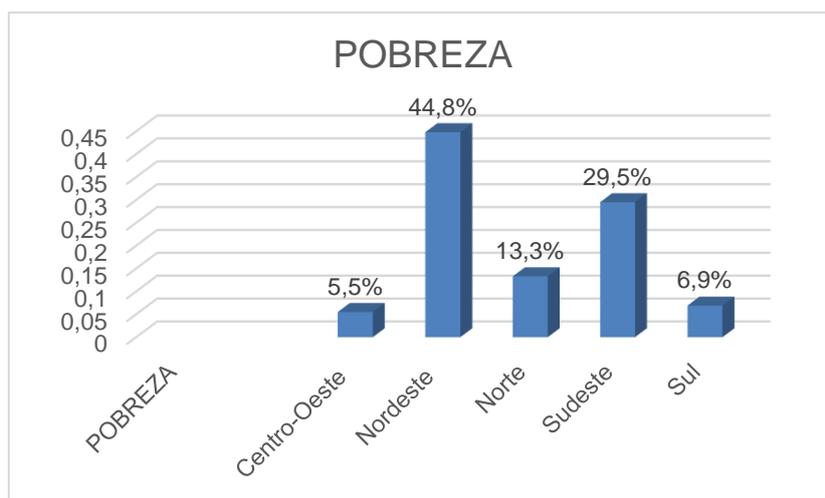
3. Resultados e Discussões

Há diversas definições para o que é a pobreza dadas por diferentes organismos internacionais, dentre eles a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (BM). No caso da ONU, uma pessoa é classificada como pobre quando possui uma renda inferior a US\$ 1,25 por dia. Já o BM define extrema pobreza como um valor para uma pessoa inferior a US\$ 1,90 por dia. Esse último valor é comumente adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o principal responsável pela medição da pobreza no Brasil. Cabe ressaltar que o conceito de pobreza não é unânime e também possui um viés qualitativo. Tradicionalmente, a pobreza é apontada como a ausência de condições adequadas de vida de uma população. Ela está ligada à inacessibilidade aos serviços básicos para a sobrevivência humana, como alimentação e saúde.

As localidades mais pobres do Brasil estão concentradas especialmente na região Norte e na região Nordeste do país. Os estados dessas regiões, especialmente os nordestinos, possuem índices de pobreza e extrema pobreza consideráveis, inclusive próximos à metade da população local. Apesar dos números significativos de pobreza, a região Sudeste, ocupa uma posição intermediária em comparação às demais regiões brasileiras. A região Sudeste é a que mais contribui para a desigualdade no País, de acordo com o IBGE. Isto ocorre quando há uma grande densidade populacional em uma determinada região concentrando a maior parte da renda nacional, em comparação com a população de renda inferior.

Figuras 1 e 2 - Distribuição da população em pobreza e extrema pobreza no Brasil





Fonte: Gráficos produzidos com dados do IBGE, 2023.

A taxa de pobreza no Brasil caiu para 27,5% em 2023. É o menor patamar de índice de pobreza registrado no país, desde 2012, quando foi iniciada a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O levantamento é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2022, a taxa de pobreza no Brasil estava em 31,6%. A diferença para o ano seguinte aponta que a redução da pobreza foi de 4,2 pontos percentuais. Em números absolutos, mais de 8,5 milhões de indivíduos saíram da pobreza em 2023.

O estado do Amapá lidera a lista com a queda mais expressiva de pobreza (-14,8 pontos percentuais), caindo de 47,8% em 2022 para 33% em 2023. Depois, figuram os estados de Roraima (-9,5 pontos percentuais) e Amazonas (-9,3 pontos percentuais). A análise do cenário foi realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão vinculado ao governo do Espírito Santo, a partir dos resultados da PNAD Contínua, divulgados na última sexta-feira (19.04). O estudo do IBGE, que apura informações relacionadas ao rendimento recebido pela população, como trabalho, pensões, aposentadorias e outros, concluiu que o Programa Bolsa Família reduz as desigualdades socioeconômicas no Brasil.

O diretor-presidente do IJSN, Pablo Lira, também atribui o recuo da pobreza às políticas públicas de assistência social, assim como às ações de melhoria no ambiente econômico, à geração de emprego e ampliação da renda. “Esse resultado evidencia o desenvolvimento de um trabalho conjunto, de integração dos esforços com o Governo Federal”, afirma.

A população de rua do Brasil cresceu mais de 10 vezes na última década nos registros do Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Se em números absolutos o crescimento saltou de 21.934 em 2013 para 227.087 até agosto de 2023, a queda da pobreza no mesmo período – apesar de oscilações – levanta uma questão: por que a população em situação de rua cresce?

Nosso material está voltado a pesquisa sobre a extrema pobreza e pobreza no Brasil, destacando-se nas regiões norte e nordeste. Através desta e em debates em grupo, nos questionamos como o índice de moradores de rua subiu nos últimos anos pós-pandemia, sendo que os indicadores do IBGE (Dez/2023) dizem que a pobreza no Brasil teve grande redução na porcentagem nos estudos apresentados sobre a indigência, com uma porcentagem no Nordeste de 47,4% dos pobres do Brasil e 9% de pessoas em extrema pobreza. Já no Norte a porcentagem nível Brasil é de extrema pobreza 11,9% e 12,8% das pessoas em situação de pobreza.

O percentual de pessoas em extrema pobreza, ou seja, que viviam com menos de R\$ 200,00 por mês, no Brasil, caiu para 5,9% em 2022, após alcançar 9,0% em 2021. Já a proporção de pessoas em situação de pobreza, que viviam com até R\$ 637,00 por mês, caiu de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022.

O Ipea aponta que o crescimento da população em situação de rua é resultado da exclusão econômica, do desemprego, do déficit habitacional, da ruptura de vínculos familiares e por questões de saúde, em especial psicológica. Os professores Dias e Laura e o coordenador do MNPSR, Campos, têm o mesmo entendimento. As políticas sociais de transferência de renda não estão dando conta do problema, que ainda apresenta outro paradoxo.

Já Dias (Apud BARRETO, 2024) vê o fenômeno da população sem teto nacional com “[...] uma relação muito estreita com séculos de escravidão e com o racismo estrutural ainda hoje muito presente no nosso país. Na média nacional, 69% dessa população são de pessoas negras”. Na opinião do professor da UFMG, em uma realidade baseada fortemente em territórios para toda e qualquer política pública, a questão do acesso à moradia deve ser o carro-chefe “para a efetivação de direitos da população em situação de rua”. Isso já está comprovado em diversos países do mundo”, pontua.

4. Considerações finais

Conclui-se que embora a taxa de pobreza tenha diminuído, a crescente população de rua indica que as políticas atuais não são suficientes para abordar as causas subjacentes da exclusão social. A partir disto, apresentamos as seguintes soluções propostas: Acesso a moradia, geração de emprego, serviços especializados em saúde mental e apoio social, programas de educação e capacitação, políticas de transferência de renda, ações de combate ao racismo estrutural e promoção de integração de políticas públicas.

Embasados no art. 6º da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 111/01 e a Lei nº 8.742/93, a pobreza e extrema pobreza pode ser combatida com recursos econômicos e serviços sociais disponibilizados pelo Estado em colaboração com os governos, sociedade civil e o setor privado, pois são desafios que demandam esforço coletivo contínuo e sistemático.

5. Referências

BARRETO, Marcelo M. Apesar da redução da pobreza, população de rua cresceu mais de 10 vezes em uma década. *Jornal Extra Classe*, Porto Alegre, 03/01/2024.

POBREZA CAI PARA MENOR índice registrado desde 2012, indica IBGE.24/04/2024.

CAMPOS, Mateus. Pobreza no Brasil. *Mundo educação*.